

doi:10.12662/2359-618xregea.v10i3.p171-190.2021

ARTIGOS

PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E GERAÇÃO DE RENDA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

INVESTMENT PRACTICES AND INCOME GENERATION IN THE CONTEXT OF FAMILY FARM

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral identificar as estratégias de investimentos e geração de renda dos agricultores familiares no município de Irati-PR. Os objetivos específicos foram: caracterizar o perfil do agricultor familiar e de sua propriedade, elencar as estratégias de geração de renda dos agricultores familiares e descrever as escolhas de investimentos dos agricultores familiares. Realizou-se um survey com aplicação de 50 questionários fechados para produtores rurais. Os resultados demonstram que a forma de obtenção de renda das propriedades de agricultura familiar concentra-se na produção do tabaco, sendo esta uma das três fontes principais para 74% dos respondentes. Além disso, a produção de soja, milho e feijão são recorrentes. Os produtores rurais realizaram investimentos nos últimos 10 anos principalmente voltados à aquisição de maquinários agrícolas, aquisição de terras e construção de edificações para depósitos. Os produtores utilizam, sobretudo, recursos do PRONAF, este considerado a fonte mais importante de financiamento.

Palavras-chave: agricultura familiar; renda; investimento.

ABSTRACT

The research aimed to identify the investment and income generation strategies of family farmers in the municipality of Irati-PR. The specific objectives were: to characterize the profile of the family farmer and his property, to list the income generation strategies of family farmers, and describe the investment choices of family farmers. A survey was carried out with the application of 50 closed questionnaires to rural producers. The results show that the way in which family farming properties obtain income is concentrated on tobacco production, which is one of the three main sources for 74% of respondents. In addition, the production

Alessandra Maria Stepka Zaiac
alessandrastepka@hotmail.com
Graduanda em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati - PR - BR.

Mauricio João Atamanczuk
mauricioata@yahoo.com.br
Doutor em Administração pela Universidade Positivo. Professor do Curso de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati - PR - BR.

Antônio João Hocayen-da-Silva
hocayen@yahoo.com.br
Doutor em Administração. Professor do Curso de Administração na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati - PR - BR.

of soy, corn, and beans is recurrent. The rural producers have made investments in the last 10 years mainly aimed at the acquisition of agricultural machinery, land acquisition, and construction of warehouses buildings. The producers mainly use resources from PRONAF, which is considered the most important source of financing.

Keywords: family farming; income; investment.

1 INTRODUÇÃO

No contexto rural brasileiro, a agricultura familiar desempenha um importante papel, contribuindo tanto para a economia, em regiões onde há grande concentração de produtores com tais características, bem como exercendo sua influência social para a permanência das famílias no campo e a garantia de sua subsistência (MATTEI, 2014; GRAEUB *et al.*, 2016; HENNERICH *et al.*, 2021).

A agricultura familiar apresenta como características principais o emprego predominante da mão de obra familiar e o tamanho da propriedade, pois é desenvolvida em pequenas propriedades rurais. A produção para consumo e a sua diversificação também são características presentes (TOADER; ROMAN, 2015; MIRANDA; GOMES, 2016; GUANZIROLI; VINCHON, 2019).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, trata da definição de agricultura familiar e apresenta a preocupação do Estado em direcionar recursos, por meio de políticas públicas, para esses produtores. Entre as principais políticas públicas, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que foi iniciado em 1996 e representa um importante instrumento de apoio aos agricultores familiares, permitindo sua permanência no campo e, inclusive, contribuindo para a preservação do meio ambiente (MATTEI, 2014).

Políticas como estas são necessárias para superação dos diversos desafios apresentados neste contexto. Destaca-se, por exemplo, a dificuldade

de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Conforme Santos e Mitja (2012), essa dificuldade é um dos principais desestímulos. Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estão vinculados ao PRONAF, constituem instrumentos importantes empregados pelo poder público para respaldar as atividades desta parcela da população do campo (MIRANDA; GOMES, 2016).

Além dos incentivos governamentais, faz-se necessário compreender as estratégias de produção e comercialização dos produtores rurais. Estudos demonstram que a diversificação ou a escolha de produção estão associadas às possibilidades apresentadas pelos canais de comercialização, sejam de intermediários, sejam de políticas públicas. As decisões de investimento e a busca por alternativas de renda consideram a disponibilidade de crédito e de assistência técnica bem como as condições de escolarização e o tamanho da propriedade desses produtores. Características estas observadas em diferentes contextos regionais e temporais dos estudos apresentados (VOGT; SOUZA, 2009; BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017; DORREGÃO; SALVARO; ESTEVAM, 2019; MODENESE; SANT'ANA, 2019).

Observa-se que a agricultura familiar exerce papel importante no meio rural; porém, apresenta inúmeros desafios relativos à renda, à capacidade produtiva, à permanência no campo e à sustentabilidade (SANTOS; MITJA, 2012; MIRANDA; GOMES, 2016; OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021). Com base no exposto, a presente pesquisa pretendeu identificar as estratégias de investimentos e a geração de renda dos agricultores familiares no município de Irati-PR. Os objetivos específicos apresentados foram: caracterizar o perfil do agricultor familiar e de sua propriedade; elencar as estratégias de geração de renda dos agricultores familiares e descrever as escolhas de investimentos dos agricultores familiares. Como campo de estudos, escolheu-se o município de Irati-PR.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta, na revisão de literatura, estudos sobre a geração de renda e os investimentos na

agricultura familiar, descreve os procedimentos metodológicos na seção metodologia, apresenta e discute os resultados na seção resultados e debate as implicações deste estudo com sugestões de pesquisas futuras nas considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar é instigante quanto ao processo de geração de renda. A produção é possível; porém, os processos de armazenagem e escoamento da produção, principalmente quando associados a volumes baixos, tornam-se desafiadores para os agricultores (CRUZ; ASSIS, 2019).

Para ser considerado agricultor familiar, o produtor rural deve atender a determinadas características estabelecidas pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que trata da definição de agricultura familiar, entre as quais se destaca o tamanho da propriedade que pode estar associado ao volume de produção. Segundo a lei, o agricultor familiar deve: a) não deter propriedade maior que quatro módulos fiscais; b) utilizar, predominantemente, a mão de obra familiar nas atividades do empreendimento; c) ter um percentual mínimo de renda gerada a partir do empreendimento familiar; d) dirigir seu estabelecimento com sua família. A definição de tais características nesta lei proporciona uma oportunidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa parcela da população rural (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, o PRONAF constitui-se como um dos principais instrumentos de política pública voltada à agricultura familiar e proporciona elevação de renda, fortalecimento da capacidade produtiva e estímulo à produção local em pequena escala (MIRANDA; GOMES, 2016).

O PAA, vinculado ao PRONAF, foi estudado por Vogt e Souza (2009). Os autores identificaram que agricultores familiares, sem a existência de programas como estes, ficam restritos à comercialização com intermediários e cooperativas. Tais programas proporcionam melhores condições de comercialização e podem oportunizar aumento de renda para os produtores rurais.

Modenese e Sant'Ana (2019) estudaram as questões da geração de renda a partir do PAA na região de Mirandópolis (SP) e identificaram que o PAA, como política pública, contribui para a diversificação da produção agrícola em propriedades de agricultura familiar. Destaca-se pela alteração do canal de comercialização que os produtores adotam, evitando, assim, a comercialização por intermediários. Anteriormente, esses produtores apresentavam predomínio da produção leiteira. A diversificação da propriedade somente ocorreu com incentivo de uma política pública.

A diversificação produtiva é característica da sustentabilidade econômica no meio rural. Porém, é possível observar que há atividades que, de alguma forma, proporcionam segurança aos agricultores familiares. Dorregão, Salvaro e Estevam (2019) explicam que a produção leiteira, por exemplo, proporciona mudanças significativas nas propriedades rurais, proporcionando melhores condições de sobrevivência.

Mesmo com políticas públicas de incentivo à sustentabilidade econômica da pequena propriedade rural, indicadores geralmente não são elevados. O estudo de Damasceno, Khan e Lima (2011) demonstra que tanto agricultores beneficiários do PRONAF como os não beneficiários apresentam baixo nível de sustentabilidade em suas propriedades. Além da ineficácia quanto ao atendimento dos pilares social e ambiental, o pilar econômico da sustentabilidade também é comprometido.

O poder de barganha e as condições de produção que não permitem ganho em escala são restrições importantes para o aumento da renda na agricultura familiar. Esses mesmos elementos são citados em Santos, Schmitd e Mithöfer (2020). Porém, aparece como ponto favorável à agricultura familiar a flexibilidade produtiva e o melhor uso dos recursos, considerando uma economia de escala micro, como apresentado por Forero-Álvarez (2013), que pode explicar a rentabilidade das propriedades familiares de modo a manter a subsistência dos produtores rurais.

Cruz e Assis (2019) estabeleceram a comparação entre associação, cooperativa e grupos informais como formas de organização

para melhorar as condições de comercialização. Observaram que menor formalização pode trazer dificuldades de certificação, mas, ao mesmo tempo, pode proporcionar facilidade de participação em programas como o PNAE e, desse modo, proporcionar geração de renda. Segundo Elias *et al.* (2019), o PNAE constitui uma importante fonte de renda na agricultura familiar. Mas ressalva que essas políticas precisam ser adaptadas aos contextos locais e à pulverização das propriedades para proporcionar uma distribuição equitativa dos recursos.

Guanziroli e Vinchon (2019) identificaram que assistência técnica, participação em cooperativas e escolaridade podem contribuir para geração de renda na agricultura familiar. O acesso ao crédito, por exemplo, é um elemento impulsionador de investimentos, seja ele de origem na iniciativa privada, seja de políticas públicas. Além disso, esses fatores podem direcionar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento do agricultor familiar.

Bezerra e Schlindwein (2017) buscaram compreender as principais formas de obtenção de renda dos agricultores familiares em Dourados-MS. A partir de um levantamento feito com 182 produtores rurais, concluíram que as complementações de renda externa à atividade da propriedade rural são um importante complemento de renda às famílias. O estudo demonstrou que a diversificação da produção é recorrente; porém, há forte participação de milho e soja (commodities) entre os itens produzidos. Esses itens podem ser diferentes de acordo com o contexto econômico da região de localização da propriedade do agricultor familiar.

Ainda citando o estudo de Bezerra e Schlindwein (2017), podem ser compreendidos os canais de comercialização escolhidos. Entre os mais citados, está à venda para armazéns/ce-realistas, possivelmente vinculados à produção de commodities, a venda direta ao consumidor e PAA, estes dois últimos com maior propensão de estar relacionados com os produtos provenientes da diversificação produtiva.

Conforme Gaspari e Khatounian (2016), a estrutura das propriedades rurais de agricul-

tura familiar estão associadas às características das famílias e às estratégias adotadas por estas para inserção no mercado. Assim, determinam-se as escolhas de investimentos, a forma de geração de renda e a exposição ao risco. Observa-se diferença de valor agregado entre as escolhas dos itens produzidos que podem estar associados à produção para venda local ou associados à produção para vendas de agroindústrias da cana-de-açúcar, leite e frango. A produção de hortaliças, por exemplo, exige infraestrutura menor e investimento menor do que a produção voltada às agroindústrias.

A interferência do tipo de produção na composição da renda é estudada, também, por Ryś-Jurek (2018). Para a autora, o tipo de produção é determinante, principalmente, em propriedades familiares maiores. Para as propriedades menores, a renda é influenciada pelo seu tamanho, ou seja, a disponibilidade de espaço para a atividade agropecuária.

Em relação à assistência técnica Rocha Junior *et al.* (2019), demonstram, estatisticamente, um acréscimo de renda da agricultura familiar quando esta ocorre. Os programas públicos voltados à assistência técnica e à extensão rural são importantes. Contudo, a assistência técnica, muitas vezes, é desigual em relação ao tamanho da propriedade e ao nível educacional dos produtores rurais.

Do ponto de vista social, a permanência dos jovens no meio rural perpassa, também, para uma parcela expressiva da população rural, pelas possibilidades oferecidas pela agricultura familiar. Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021) debateram as questões que interferem nesta situação. Expõem que a permanência é influenciada pela perspectiva de geração de renda, possibilidade de expansão da produção e planejamento de gestão da propriedade em conjunto entre pais e filhos. Os incentivos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar favorecem a permanência do jovem no meio rural.

Em contexto semelhante, Hennerich *et al.* (2021) apresentaram o problema da sucessão familiar como elemento da permanência no campo. Este se associa a uma questão de gê-

nero, destacando a diferente percepção quanto aos filhos do sexo masculino e feminino, revelando, também, aspectos sociais que devem ser debatidos no meio rural.

Diante dos estudos apresentados, é possível perceber características da agricultura familiar, além do enquadramento legal conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Essas características são determinantes para a escolha da forma de produção e obtenção de renda, mas, em certa medida, estão vinculadas a contextos regionais e temporais específicos.

3 METODOLOGIA

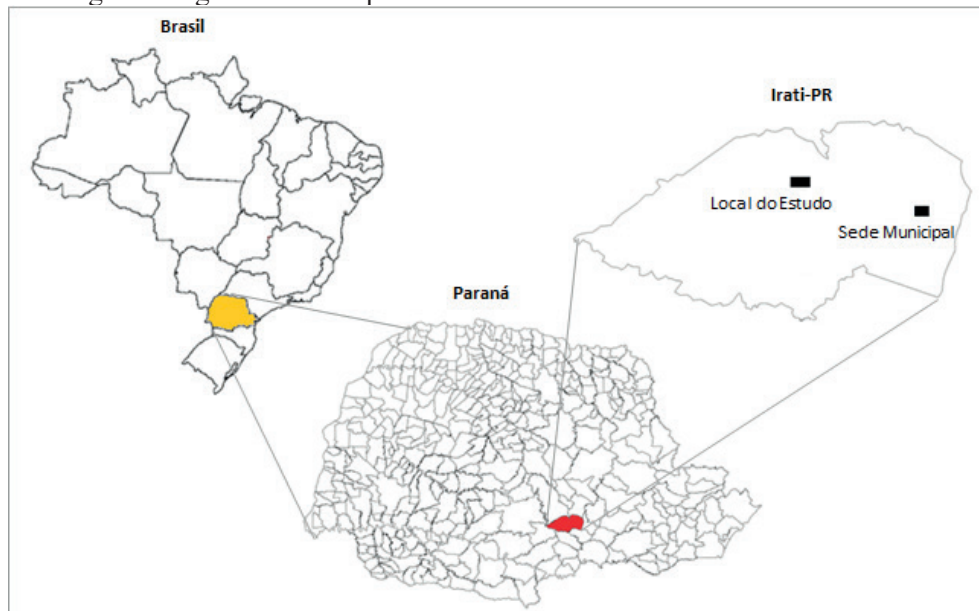
Esta pesquisa classifica-se como estudo de campo, abordado a partir de um levantamento ou survey. Quanto à sua natureza, classifica-se como quantitativa; quanto aos níveis, como descritiva (FREITAS *et al.*, 2000; LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2009).

Para a seleção dos respondentes, empregou-se a amostra não probabilística, conforme definida por Richardson (2010). A escolha dos respondentes considerou a acessibilidade e a adesão dos respondentes e o atendimento dos critérios estabelecidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de

2006. O campo de realização da pesquisa foi o município de Irati-PR que está localizado na região Centro-Sul do Paraná, com uma área territorial de 999,517 km², e uma população estimada, no ano de 2021, de 61.439 pessoas (IBGE, 2021). Considerando a proporção identificada no censo realizado pelo IBGE em 2010 (IBGE, 2021), a população rural é de 20,1%. Segundo dados do censo agropecuário, o município possui 2.394 estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Ainda se destaca que o Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 1.827.564.000,00. Desse valor, 16,1% correspondem ao PIB agropecuário. Para efeitos de comparação, o PIB agropecuário do Paraná corresponde a 8,3% do total, demonstrando a relevância das atividades agropecuárias para o município onde se desenvolveu o estudo (IPARDES, 2021).

Em função da acessibilidade para a realização da pesquisa, os produtores rurais são, em sua maioria, residentes no distrito de Gonçalves Junior (localidades rurais de Campina de Gonçalves Junior, Linha C, Faxinal do Rio do Couro e Volta Grande) na região a oeste do município. Destaca-se que o município possui outros três distritos. A localização da região geográfica de pesquisa pode ser observada na figura 1.

Figura 1 - Região Geográfica da Pesquisa



Fonte: os autores (2021).

A amostra é composta por 50 produtores rurais, os quais retornaram questionários considerados válidos devido ao enquadramento do produtor rural como agricultor familiar. Considerando que a amostra é composta por conveniência, essa apresenta limitações quanto à generalização dos resultados (RICHARDSON, 2010).

Como forma de abordagem, a pesquisa utilizou o survey ou levantamento a partir da aplicação de questionário composto por questões fechadas (FREITAS *et al.*, 2000; LAKATOS; MARCONI, 2003). Foram formulados três conjuntos de questões que abordam: perfil do respondente e da propriedade rural; estratégias de obtenção de renda e estratégias de investimentos em relação à origem e à aplicação dos recursos. Como fonte inicial para a elaboração do questionário, consideraram-se os estudos de Damasceno, Khan e Lima (2011), Rocha Junior *et al.* (2014) Gaspari e Khatounian (2016), Bezerra e Schlindwein (2017) e Modeneze e Sant'ana (2019). O questionário passou pela validade a partir da leitura de um professor de metodologia da pesquisa que considerou sua coerência com os objetivos da investigação, a adequação da temática e os assuntos abordados. A íntegra do questionário pode ser visualizada no apêndice A.

O questionário foi aplicado no período entre 27 de maio 2019 e 9 de julho de 2019, sendo aplicado, presencialmente, aos produtores rurais por meio de formulário impressos contendo as questões.

Para a análise, aplicou-se estatística descritiva com o uso de média, frequência e proporção. Os dados foram apresentados em gráficos, tabelas ou de forma descritiva no texto das análises.

4 RESULTADOS

A análise dos dados está dividida em três seções. A primeira apresenta a identificação do perfil dos respondentes e das propriedades; a segunda aponta a análise das estratégias de rendas, e a terceira retrata a análise das decisões de investimentos do público investigado.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A primeira variável analisada para caracterizar os participantes da pesquisa é o sexo. Constatou-se que 90% são do sexo masculino, e 10% do sexo feminino. Em relação ao estado civil dos agricultores familiares interrogados, têm-se que 88% são casados, 10% solteiros e 2% são viúvos. A média identificada é 45,6 anos, e a menor idade identificada foi 21 anos e a maior 68 anos.

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes, constatou-se que 15 respondentes (32%) possuem Ensino Fundamental incompleto, 23 respondentes (46%) possuem até o Ensino Fundamental completo, 10 respondentes (20%) cursaram o Ensino Médio e apenas um respondente (2%) cursou Ensino Superior. Os dados demonstram a baixa escolaridade dos produtores rurais. Esta é uma característica observada nos estudos sobre agricultura familiar, que interfere nas decisões e até na busca por alternativas de melhoria para a propriedade rural (GASPARI; KHAUTONIAN, 2016; MODENSE; SANT'ANA, 2019; GUANZIROLI; VINCHON, 2019; ROCHA JUNIOR *et al.*, 2019; OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021).

Em relação às propriedades dos agricultores, no que tange a seu tamanho, obteve-se que a média das extensões é de 14,53 hectares, visto que há uma variação entre 0,72 hectares e 48,4 hectares. O tamanho médio da propriedade é, expressivamente, menor do que o tamanho máximo considerado para a região para classificação como agricultor familiar que é de 64 hectares. A inferioridade do tamanho da propriedade reduz o recebimento de assistência técnica de programas públicos de apoio à agricultura (ROCHA JUNIOR *et al.*, 2019) e reduz a renda da propriedade (RYŚ-JUREK; 2018; GUANZIROLI; VINCHON, 2019).

Referente ao número de pessoas que residem nas delimitações das propriedades, obteve-se uma variação entre duas e sete pessoas. As frequências mais recorrentes são de quatro pessoas (34% dos respondentes), três pessoas

(30%) e duas pessoas (24%). Ainda se observa que 10% dos casos indicam que cinco pessoas residem na propriedade, e 2% destes indicam que sete pessoas residem na propriedade.

Investigou-se, também, o número de pessoas economicamente ativas das famílias dos agricultores. Constatou-se que 66% das famílias de agricultores familiares possuem duas pessoas economicamente ativas. A segunda maior ocorrência é de três pessoas representando a proporção de 20% dos respondentes.

Também se analisou o número de pessoas que trabalham, exclusivamente, na propriedade. Constatou-se que 62% dos produtores possuem duas pessoas na família que dedicam esforços, unicamente, às atividades desempenhadas na propriedade, sendo a frequência mais recorrente. Foram citados ainda três pessoas em 18% das propriedades, uma delas em 12% dos casos e quatro ou cinco pessoas em 8% deles. Esses resultados se aproximam do apresentado por Santos, Schmitd e Mithöfer (2020) que identificaram em média de 3,1 trabalhadores da família na propriedade.

Por meio da análise conjunta dos dados, observa-se que os agricultores familiares que participaram da pesquisa são, predominantemente, do sexo masculino, com faixa etária entre 41 e 60 anos e com escolaridade igual ou inferior ao ensino fundamental completo. O tamanho médio das propriedades é de 14,53 hectares e com frequ-

ência maior de ocorrência de 3 ou 4 pessoas residindo e com 2 pessoas economicamente ativas.

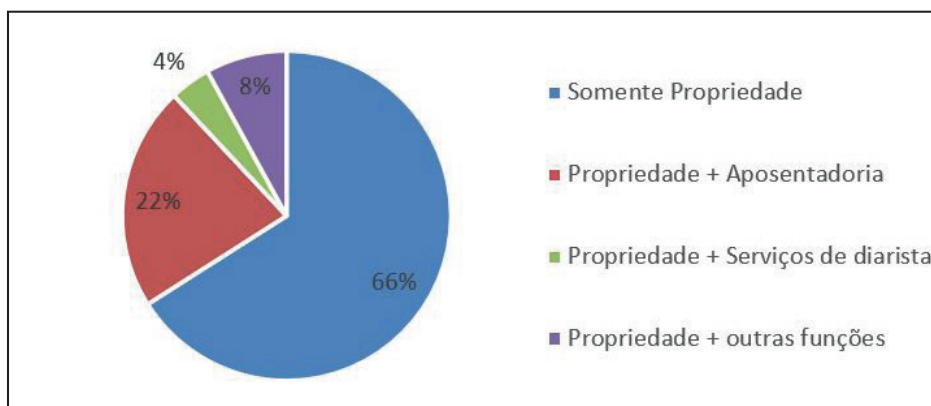
Essas características alinham-se a outros estudos sobre agricultura familiar e demonstram as dificuldades para a obtenção de melhorias na propriedade bem como apoio à permanência no campo por meio da própria subsistência, conforme autores já citados. A dificuldade da permanência do jovem no campo, conforme caracterizado por Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), é associada a essas dificuldades, principalmente a de geração de renda e perspectiva de futuro para ele. Em um contexto de evolução do agronegócio brasileiro, é necessário apoio às populações que estão no contexto periférico do desenvolvimento econômico rural.

4.2 FONTES DE RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Referente às fontes de renda, examinaram-se as principais fontes da propriedade, bem como as fontes de renda externa. Analisaram-se as destinações da produção, se há uma concentração ou diversificação da fonte de renda dos produtores rurais e analisaram-se os hábitos de emprego da renda para a utilização nos gastos com a propriedade.

Inicialmente, a fim de compreender como se caracteriza a fonte de renda dos 50 respondentes, o Gráfico 1 expressa a segmentação da forma de obtenção da renda.

Gráfico 1 – Fonte de Renda



Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Pode-se observar que 66% das famílias obtêm renda, exclusivamente, da propriedade; assim, para a parcela restante (34%), há algum tipo de renda externa que não de origem da própria propriedade.

Para compreender as principais fontes de renda da propriedade, os dados obtidos na pesquisa foram dispostos na tabela 1, a qual retrata a porcentagem de produtores da amostra observada, que consideram a mesma atividade como fonte principal de proveniência de renda, ou ainda, como a segunda ou terceira fonte de renda.

Tabela 1 - Principais fontes de renda da propriedade

Fonte de Renda	Produtores que consideram uma das 3 principais rendas	%	Ordenamento da Fonte de Renda					
			Principal Fonte de Renda	%	Segunda Fonte de Renda	%	Terceira Fonte de Renda	%
Fumo	37	74%	27	54%	8	16%	2	4%
Feijão	22	44%	1	2%	12	24%	9	18%
Milho	20	40%	5	10%	11	22%	4	8%
Soja	16	32%	13	26%	1	2%	2	4%
Leitaria	6	12%	2	4%	2	4%	2	4%
Aluguel de terrenos	6	12%	0	0%	2	4%	4	8%
Erva	1	2%	1	2%	0	0%	0	0%
Verduras	1	2%	1	2%	0	0%	0	0%
Suínos	1	2%	0	0%	1	2%	0	0%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Observa-se que a produção de tabaco é a atividade principal para 54% dos participantes da pesquisa e ainda se apresenta como segunda renda para 16% e terceira renda para 4%; ou seja, a produção de tabaco está entre as três principais rendas da propriedade para 74% dos produtores entrevistados. Conforme explicado por Vargas e Oliveira (2012) e Riquinho e Hennington (2014), há movimentos de criação de alternativas para a produção do tabaco, pois este é caracterizado pelo domínio da indústria tabagista que controla a produção, com desenvolvimento da atividade de seu cultivo em pequenas propriedades rurais. Além do aspecto de social, é identificada como de risco à saúde dos trabalhadores pelo uso de defensivos agrícolas. A criação de alternativas depende de políticas públicas que considerem programas amplos de desenvolvimento rural, principalmente em regiões com alta dependência dessa atividade econômica, como a região estudada.

Em relação à produção de soja, o produto também teve um destaque entre as demais origens de renda, visto que é considerado como a principal fonte para 26% dos entrevistados. Contudo, se considerarmos a participação entre as três principais fontes, a produção de soja está presente em 32% das propriedades, estando, assim, na quarta posição, atrás do cultivo de feijão, o qual representa 44% dos participantes, e também atrás da produção de milho (40% dos participantes). Apesar do reduzido tamanho das propriedades, também no estudo de Bezerra e Schindwein (2017), milho e soja estão entre os principais cultivos, demonstrando aderência a cultivos que têm maior retorno, considerando a escala produtiva, o que não se apresenta como característica dessas pequenas propriedades.

Verificaram-se, também, as destinações da produção, estas que estão associadas aos tipos de produtos (tabela 2).

Tabela 2 - Destinações da produção

Destinações da produção	Número de Produtores	% Entre os 50 Produtores
Intermediário	37	74%
Armazém/ Cerealista	29	58%
Venda direta ao consumidor	10	20%
Laticínio	5	10%
Frigorífico	1	2%
Cooperativas	0	0%
PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	0	0%
PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	0	0%
Outro	1	2%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Percebe-se que os intermediários são os que aparecem com mais frequência, e que eles estão relacionados com os produtores de tabaco. Ainda se observa que os 10% que realizam a destinação do produto ao laticínio são os produtores de leite.

As quatro principais fontes de renda da propriedade rural desta amostra são commodities. Estas, em sua maioria, são comercializadas com intermediários. Observa-se, entre os canais de comercialização, que nenhum dos produtores rurais assinalou as opções de PAA e PNAE, demonstrando a baixa presença das políticas públicas de incentivo à geração de renda. Esses programas de geração de renda, conforme demonstrado por Elias *et al.* (2019) e Modenese e Sant'Ana (2019), incentivam a diversificação. A ausência deles pode ser determinante para a escolha dos produtores rurais pelas commodities. Conforme Gaspari e Khautonian (2016), cujo estudo não citou as políticas públicas de geração de renda como os referidos programas PAA e PNAE, há um reconhecimento de que as atividades ligadas às agroindústrias são as mais rentáveis para os produtores rurais em relação a outras alternativas como a venda ao consumidor ou a intermediários.

Em relação à concentração ou diversificação da fonte de renda, obteve-se que 70% (35 respondentes) dos produtores rurais pos-

suem uma renda diversificada. Os demais, 30% (15 respondentes) possuem uma fonte de renda, predominantemente, concentrada. Nesta diversificação, há a presença marcante de commodities e, neste caso, também associada aos armazéns e cerealistas como principal canal de comercialização. Este resultado é semelhante a Bezerra e Schlindwein (2017). Ressalta-se que culturas como tabaco, soja e leite possuem a propensão da venda para empresas que controlam a cadeia produtiva regional, gerando dependência dos agricultores destas.

A partir desta consideração de diversificação e concentração da produção, buscou-se identificar os produtos predominantes. Na análise a partir do cultivo de tabaco, que é considerada a fonte de renda mais recorrente entre os agricultores familiares, observa-se que, para aqueles que concentram a renda em um único produto, 67% dos respondentes detêm o cultivo do tabaco como principal fonte de renda. Para os que não concentram a fonte de renda em um único produto, o tabaco como principal fonte corresponde a 49% dos respondentes. Nesse grupo de produtores de tabaco, a soja tem participação de 31%, e esta parcela é maior em relação aos dados dos que possuem a fonte de renda concentrada. A tabela 3 apresenta um resumo desses elementos.

Tabela 3 – Análise da principal fonte de renda

Principal Fontede Receita	Renda Concentrada		Renda Diversificada	
	Produtores	Percentual	Produtores	Percentual
Fumo	10	67%	17	49%
Soja	2	13%	11	31%
Milho	2	13%	3	9%
Erva-mate	1	7%	0	0%
Leitaria	0	0%	2	6%
Feijão	0	0%	1	3%
Verduras	0	0%	1	3%
Aluguel de terrenos	0	0%	0	0%
Suínos	0	0%	0	0%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Observa-se que é menos frequente, porém somente soja, milho e erva-mate têm propriedades que utilizam esta última como única fonte de renda, além dos dados já apresentados sobre o tabaco. Para as propriedades com milho e erva-mate os agricultores possuem renda externa à propriedade. Os produtores de soja, possuem propriedade com tamanho igual ou superior a 19 hectares que classifica entre os 30% das maiores propriedades da amostra.

Examinou-se, ainda, os destinos da renda para utilização nos gastos com a propriedade. Os dados estão apresentados na tabela 4. Tabela 4 - Destinação da renda

Destinação da renda	Produtores	Percentual em relação aos 50 respondentes
Guardar/usar parte dos recursos para aplicar na compra de insumos para a nova safra/ novo lote	33	66%
Guardar/usar parte dos recursos para ampliação da estrutura da propriedade ou compra de equipamentos agrícolas	19	38%
Guardar recursos apenas para consumo familiar	12	24%
Não guardar os recursos	0	0%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Quanto à destinação de renda, constatou-se que 66% dos produtores guardam/ utilizam parte dos recursos para aplicar na compra de insumos para a nova safra/novo lote, e nenhum produtor apontou que não realiza a reserva dos recursos. Os destinos da renda não foram observados em outros estudos, o que constitui um elemento importante para entender a dinâmica financeira das propriedades de agricultura familiar. A relação entre aplicação dos recursos e a obtenção de crédito para custeio deve ser mais bem explorada em estudos futuros. Uma vez que estão associadas ao risco e à autonomia (GASPARI; KHAUTONIAN, 2016) e da disponibilidade e acesso, já que, para Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), apenas 52% das propriedades enquadradas como familiares obtiveram financiamento para custeio em 2017.

A pesquisa constatou que a forma de obtenção de renda da propriedade pesquisada tem concentração na produção do tabaco, aparece como fonte de renda para 74% dos respondentes. Além disso, a produção de soja, milho e feijão são recorrentes. A maior parte da produção é comercializada com intermediários. Essas características, como já explicitado, demonstram uma participação da agricultura familiar na cadeia produtiva das agroindústrias e de intermediários que comercializam commodities atuantes na região.

4.3 DECISÕES DE INVESTIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A pesquisa buscou também compreender as estratégias de investimentos dos agricultores familiares. As estratégias de investimentos, neste estudo, são compreendidas por meio das decisões tomadas pelos agricultores familiares quanto à decisão de origem do recurso a ser aplicado (como exemplo, próprio ou de fonte de financiamento externo) bem como em relação à escolha dos ativos de aplicação desses recursos (investimentos em maquinários, aquisição de terras etc.).

Inicialmente, verificaram-se os investimentos realizados nos últimos dez anos pelos produtores conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5 – Investimentos nos últimos 10 anos

Investimentos nos últimos 10 anos	Respondentes	Percentual
Sim, vários	10	20%
Sim, porém poucos	27	54%
Não houve	13	26%
TOTAL	50	100%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Referente aos dados coletados, percebeu-se que 54% dos produtores realizaram investimentos, porém poucos. Apenas, 20% realizaram vários, resultando em 26% de produtores que não investiram no período de tempo determinado.

Considerando os 37 agricultores familiares que afirmaram ter realizado investimentos, buscou-se entender o tipo de investimento realizado por eles. Os dados são descritos na tabela 6.

Tabela 6 – Tipo de Investimento

Tipo de Investimento	Respondentes	Percentual em relação aos 37 produtores
Aquisição de terras	10	27%
Aquisição de maquinário agrícola	36	97%
Aquisição de equipamentos para melhoria da produção pecuária	0	0%
Investimento em infraestrutura física (construções, barracões) para produção pecuária	1	3%
Investimento em infraestrutura de depósito	9	24%
Investimento em tecnologia de sementes	1	3%
Investimento em matriz animal	0	0%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Dessa forma, observa-se que 36 desses agricultores indicaram realizar a aquisição de maquinários agrícolas, e a aquisição de terras (27%) e investimento em infraestrutura de depósitos (24%) foram também opções que se destacaram entre as demais, por possuírem uma maior frequência de acontecimentos.

A aquisição de terras contribui para a expansão da produção e permanência dos filhos desses agricultores no campo (OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021). A aquisição de terras aumenta a área produtiva. Segundo Ryś-Jurek (2018), em propriedades pequenas, o tamanho da área é determinante para a composição da renda. A medida em que há aumento do tamanho da propriedade, outros fatores, como fluxo de caixa e o tipo de produção assumem importância, não sendo mais determinante o tamanho da propriedade. A capacidade de investimentos em infraestrutura está relacionada ao tipo de produção praticado. Os agricultores que demandam atender às agroindústrias geralmente recorrem a financiamentos para atender à infraestrutura demandada.

Aqueles que focam na produção local têm menor exigência de investimentos e praticam o investimento por oportunidade, quando observam, por exemplo, juros baixos (GASPARI; KHATOUNIAN, 2016)

A aquisição de equipamentos está associada à busca pela facilitação da execução do trabalho (OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021), o que demonstra ainda a obsolescência tecnológica da produção na agricultura familiar, diferentemente do que se observa em outros contextos de agronegócio brasileiro, ligado à produção em larga escala de commodities.

Apesar da ocorrência maior desses investimentos, eles ainda se apresentam como necessidades de investimentos pela amostra analisada, o que pode ser confirmado por meio dos dados apresentados na tabela 7.

Tabela 7 - Necessidade de investimentos

Necessidade de Investimentos	Respondentes	% em relação aos 50 respondentes
Não há necessidade	15	30%
Investimento para ampliação da propriedade (aquisição de terras)	20	40%
Investimentos em equipamentos agrícolas	22	44%
Investimentos em equipamentos para melhorar a produção pecuária	0	0%
Investimento em infraestrutura física (construções, barracões) para produção pecuária	2	4%
Investimento em infraestrutura de depósito	10	20%
Investimento em tecnologia de sementes	2	4%
Investimento em matriz animal	0	0%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Observa-se, como maior ocorrência, a necessidade de investimentos em equipamentos (44%) e aquisição de terras (40%). Investimentos em infraestrutura de depósito (20%) também são citados. Esses elementos podem demonstrar um déficit de infraestrutura e disponibilidade de terras para ampliação da produção.

Diferentemente desses resultados em outras regiões, podem ser observadas outras prioridades. A particularidade regional é importante na escolha dos investimentos. Nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, do Vale do Ribeira, também no estado do Paraná, em estudo realizado por Miranda e Gomes (2016), observa-se a predominância de investimentos na pecuária, como na aquisição de matrizes bovinas. Assim como referente à geração de renda, a decisão de investimentos também é relativa ao contexto e, por isso, merece atenção particular a cada região em que há agricultura familiar.

Interrogou-se sobre a fonte de financiamento utilizada para os investimentos realizados. Observou-se que 29 produtores realizaram algum tipo de financiamento com base em recursos de terceiros. Para o cálculo do percentual, considerou-se os 37 produtores que realizaram investimentos e calculou-se a proporção em relação ao total uma vez que os respondentes puderam assinalar mais de uma alternativa na questão.

Desse modo, oito produtores, ou seja 22% dos respondentes, realizaram investimentos com recursos próprios. Entre os recursos de terceiros, a principal fonte é o PRONAF, que corresponde a 43% (16 produtores). Também é empregado recursos de parcerias com empresas para pagamento após o ciclo agropecuário que corresponde a 11% dos respondentes (4 produtores). Ainda 32% (12 produtores) utilizam recursos oriundos de financiamentos bancários particulares.

Questionou-se sobre a fonte de financiamento que os produtores rurais consideraram mais adequada para realização de investimentos. Os dados são apresentados na tabela 8.

Tabela 8 - Fonte de financiamento Adequada

Fonte de financiamento Adequada	Respondentes	% em relação aos 50 respondentes
Recursos próprios	16	32%
Recursos das empresas parceiras (com pagamento após a safra ou entrega da produção por exemplo)	2	4%
Recursos de financiamento por meio de programas como o PRONAF	23	46%
Recursos de financiamento bancário particular	3	6%
Não fez investimentos nos últimos anos.	6	12%
TOTAL	50	100%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Percebeu-se, ao perguntar sobre a fonte de financiamento mais adequada, que predominam os recursos próprios e o PRONAF. Esses dados demonstram que os produtores rurais estão preocupados com taxas de juros e outras formas de despesas com o uso de capitais de terceiros, já que o PRONAF se apresenta como uma fonte de financiamento acessível (MIRANDA; GOMES, 2016).

Nesse ponto, a política pública considerada ausente no processo de comercialização com programas como PNAE e PAA é vista como presente e principal fonte de recurso para financiamento de investimentos. A destacada importância do PRONAF nos estudos sobre a agricultura familiar (MIRANDA; GOMES, 2016; OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021) se faz presente neste aspecto de investimentos para a amostra estudada.

Sobre as dificuldades de quitar recursos de terceiros dos 29 produtores rurais que utilizaram algum tipo de recurso de terceiros (tabela 9), 28 responderam a essa questão, e destes, obteve-se que 82% não possuem dificuldades em realizar o pagamento em dia de suas obrigações.

Tabela 9 - Fonte de financiamento Adequada

Dificuldades para quitar recursos de terceiros	Respondentes	%
Não teve ou não está tendo dificuldade para efetuar o pagamento em dia.	23	82%
Teve pouca dificuldade, mas conseguiu negociar ou efetuar o pagamento em dia.	1	4%
Teve grandes dificuldades ou está tendo dificuldade para quitar sua dívida ou para renegociar.	4	14%
TOTAL	28	100%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Os dados apresentados demonstram que apenas 14% dos produtores tiveram muitas dificuldades para quitar as dívidas, e 82% dos produtores não apresentaram dificuldades.

Os resultados quanto à quitação das dívidas adquiridas demonstram a relação direta de planejamento da ação e da disponibilidade de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. A

maioria dos investimentos é oriunda de recursos próprios ou de financiamento do PRONAF, ou seja, a juros baixos. Assim, a capacidade de pagamento do agricultor não é comprometida pelo custo do capital.

A análise geral permitiu levantar como ocorrem as decisões de investimentos, observando-se que, em sua maioria, realizaram investimentos. Esses investimentos foram, principalmente, em aquisição de maquinários agrícolas tendo como destaque, também, a aquisição de terras e construção de edificações para depósitos. Os investimentos realizados estão aliados com a necessidade de investimento identificada pelos agricultores. Os produtores utilizam, principalmente, recursos do PRONAF, o qual é considerada a fonte mais importante de financiamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar as estratégias de investimentos e geração de renda dos agricultores familiares no município de Irati-PR. De forma específica, buscou caracterizar o perfil do agricultor familiar e de sua propriedade; elencar as estratégias de geração de renda dos agricultores familiares e descrever as escolhas de investimentos dos agricultores familiares.

Em relação ao perfil do agricultor familiar, observou-se que os respondentes da pesquisa são, predominantemente, do sexo masculino e com faixa etária de 41 a 60 anos. É importante destacar que o nível de escolaridade para a maioria dos respondentes é igual ou inferior ao ensino fundamental completo. A baixa escolaridade pode ser fator influente na forma de condução da propriedade, na busca por alternativas de renda, bem como na compreensão das possíveis fontes de recursos de terceiros para emprego dentro da propriedade.

As famílias da agricultura familiar pesquisadas possuem, com maior frequência, três ou quatro pessoas residindo, sendo duas pessoas economicamente ativas. Outro dado im-

portante é o tamanho médio das propriedades, que é de 14,53 hectares, ou seja, expressivamente inferior a 64 hectares, que se refere ao máximo permitido para enquadramento como agricultor familiar.

Em relação à obtenção de renda, constatou-se que há um predomínio do cultivo do tabaco. Para 74% dos respondentes, o tabaco está entre as três principais fontes de renda da propriedade. A região de localização do município analisado está entre as principais regiões do país para esse cultivo. Além disso, a produção de grãos (soja, milho e feijão) é recorrente. As alternativas recorrentes são rentáveis em grande escala de produção, o que não se apresenta como característica na agricultura familiar, devido ao tamanho da propriedade. A dificuldade de obtenção de economia de escala é apresentada como um dos desafios da agricultura familiar (SANTOS; SCHMITD; MITHÖFER, 2020). Cabe uma investigação sobre a rentabilidade dessas culturas em comparação com culturas alternativas, ou em comparação com aquelas associadas a agroindústrias que atuam na região como a fruticultura, bovinocultura de leite e suinocultura, por exemplo. As características de comercialização estão associadas à existência de canais de comercialização, o que deve ser debatido quando da formulação de políticas públicas para a região.

Constatou-se, ainda, que, nos últimos 10 anos, a maioria dos produtores rurais realizou investimentos, demonstrando interesse na evolução econômica da propriedade. Esses investimentos foram, principalmente, em aquisição de maquinários agrícolas, tendo como destaque também a aquisição de terras e a construção de edificações para depósitos. Os investimentos realizados estão aliados com a necessidade de investimento identificada pelos produtores. Os produtores utilizam, principalmente, recursos do PRONAF, o qual é considerado como a fonte mais importante de financiamento. Ressalta-se a importância de políticas públicas como o PRONAF para atender às necessidades da agricultura familiar.

A pesquisa permitiu compreender me-

lhor a forma de geração de receita e renda da agricultura familiar no município de Irati-PR. Desse modo, como sugestão de pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de compreender alternativas de renda ao cultivo do tabaco bem como de entender a adequação da forma de realização dos investimentos com o retorno para as propriedades rurais. A agricultura familiar no Brasil tem importante papel na produção agropecuária e na geração de receita e manutenção das famílias no campo. Desse modo, os estudos nesta área permitem subsidiar políticas públicas que possam ser desenvolvidas para atender às necessidades desse segmento da população rural.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações** (Campos Grande), Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, mar. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.
- CRUZ, S. F.; ASSIS, T. R. P. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. **Interações** (Campos Grande) [online], v. 20, n. 3, p. 737-752, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000300737&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2019.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 49, n. 1, p. 129-156, mar. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2018.
- DORREGÃO, V. V.; SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O. Contribuições da atividade leiteira para o desenvolvimento rural e para a reprodução da agricultura familiar em um município do sul catarinense. **Interações**, v. 20, n. 3, p. 973- 985, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000300973&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2019.
- ELIAS, L. P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000200215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2019.
- FORERO-ÁLVAREZ, J. The Economy of Family Farming Production. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 70, p. 27-45, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v10n70/v10n70a02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.
- GASPARI, L. C.; KHATOUNIAN, C. A. Características das Famílias, Estruturação da Produção e Estratégias de Comercialização em um Assentamento de Reforma Agrária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, p.

- 243-260, jun. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000200243&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GRAEUBA, B. E. *et al.* The State of Family Farms in the World. **World Development**, v. 87, p. 1-15, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001217>. Acesso em: 20 maio 2021.
- GUANZIROLI, C. E.; VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 57, n. 3, p. 353-367, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000300353&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2019.
- HENNERICH, J. E. *et al.* Succession in family farming: gender and future perspectives. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p.1-11, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13594/12125>. Acesso em: 20 maio 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama>. Acesso em: 30 out. 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 30 out. 21.
- IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil da região administrativa de Irati**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=1067&btOk=ok. Acesso em: 30 out. 2021.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTEI, L. O papel e a importância da Agricultura Familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500/396>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397-408, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000300397&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2021.
- MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 636-655, dez. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000400636&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2021.
- OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 59, n. 2, e222727, 2021. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032021000200204&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2021.

- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Diversificação agrícola em localidade rural do Sul do Brasil: reflexões e alternativas de cumprimento da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 183-207, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000100011>. Acesso em: 27 maio 2021.
- ROCHA JUNIOR, A. B. *et al.* Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 57, n.2, p. 181-197, jun. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000200181&lng=pt&nrn=iso. Acesso em: 23 maio 2021.
- RYŚ-JUREK, R. Family farm income and their production and economic determinants according to the economic size in the eu countries in 2004–2015. *In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE “ECONOMIC SCIENCES FOR AGRIBUSINESS AND RURAL ECONOMY”*, 2018, Warsaw. **Anais [...]**. Warsaw, 7-8 June 2018. Disponível em: http://sj.wne.sggw.pl/pdf/ESARE_2018_n2_s21.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a03v13n1>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- SANTOS, L. P.; SCHMITD, C. M.; MITHÖFER, D. Family farming and agricultural cooperatives under the optics of the Transaction Cost Theory: an analysis on the production of fruits and vegetables in the Microregion of Toledo – Paraná State. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 1, p. 264-276, 2020. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/5381/918>. Acesso em: 20 maio 2021.
- TOADER, M.; ROMAN, G. V. Family Farming – Examples for Rural Communities Development. **Agriculture and Agricultural Science Procedia**, v. 6, p. 89-94, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.ez132.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S221078431500176X>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 175-192, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000100010>. Acesso em: 27 maio 2021.
- VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados Institucionais Locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. *In: SOBER*, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/743.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

APÊNDICE A

Questionário de pesquisa referente ao Projeto de Iniciação Científica desenvolvido no Programa PROIC da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro

Convidamo-lo a participar da pesquisa que tem por objetivo identificar as estratégias de investimentos e geração de renda dos agricultores familiares no município de Irati-PR. Não há identificação e não haverá divulgação do nome dos respondentes. Em caso de aceite de participação, queira, por gentileza responder às questões a seguir.

1. Propriedade e do Respondente:

- 1.1. Tamanho da Propriedade: _____
- 1.2. Número de pessoas que residem na propriedade: _____
- 1.3. Número de pessoas, economicamente, ativas que residem na propriedade: _____
- 1.4. Dos residentes, o número de pessoas que trabalham, exclusivamente, na propriedade: _____

2. Quando não é de origem da propriedade, os residentes obtêm renda de:

- aposentadoria/ pensionista
- trabalhos de diarista (prestação de serviço com pagamento por dia)
- Outro ganho. Qual? _____

3. Cite as principais fontes de geração de receita da propriedade em ordem da maior para a menor (produção, criação, aluguel, industrialização de produtos, etc):

4. Sobre o cultivo de produtos agrícolas, cite os principais produtos cultivados:

Produto	Área destinada

5. Sobre as atividades agropecuárias principais, cite a diversidade animal e a área destinada a essa atividade:

Animal	Área destinada

Sobre as atividades geradoras de receitas de produtos não agrícolas, cite as atividades e a área:

Atividade	Área destinada	Destinação
		<input type="checkbox"/> venda <input type="checkbox"/> consumo

7. Para quem vende a produção/criação (pode marcar mais de uma opção):

- 1.Cooperativas
- 2.Venda direta ao consumidor
- 3.PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
- 4;PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
- 5.Intermediário
- 6.Laticínio

- () 7. Frigorífico
() 8. Armazém/ Cerealista
() 9. Outro. Qual? _____
8. Sobre a obtenção de renda, o produtor considera que obtém a renda:
a) concentrada de um único produto ou fonte.
b) diversificada de vários produtos ou fontes da propriedade.
9. Para as compras de insumos agropecuários para desenvolvimento de suas atividades, você usa (pode marcar mais de uma opção):
a) recursos próprios
b) financiamento por meio do PRONAF
c) financiamento bancário particular
d) compra de insumos no comércio local para pagamento após a safra
e) compra de insumos diretamente das empresas que irão adquirir a produção
f) não há necessidade de compra de insumos
g) outro. _____ -
10. Referentes aos recursos da venda dos produtos oriundos da propriedade, o produtor costuma:
a) não guardar os recursos.
b) guardar/usar parte dos recursos para aplicar na compra de insumos para a nova safra/ novo lote.
c) guardar/usar parte dos recursos para ampliação da estrutura da propriedade ou compra de equipamentos agrícolas.
d) guardar recursos apenas para consumo familiar.
11. Sobre investimentos: houve investimentos na propriedade nos últimos dez anos?
a) sim, vários
b) sim, porém poucos
c) não houve
12. Se houve investimentos, esses investimentos realizados são em (pode ser mais de uma opção):
a) aquisição de terras
b) aquisição de maquinário agrícola
c) aquisição de equipamentos para melhoria da produção pecuária.
d) investimento em infraestrutura física (construções, barracões) para produção pecuária.
e) investimento em infraestrutura de depósito.
f) investimento em tecnologia de sementes.
g) investimento em matriz animal.
13. Os recursos utilizados para os investimentos realizados na propriedade nos últimos dez anos são originários de:
() a. recursos próprios
() b. recursos de terceiros
() c. recursos das empresas parceiras (com pagamento após a safra ou entrega da produção por exemplo)
() d. recursos de financiamento por meio de programas como o PRONAF
() e. recursos de financiamento bancário particular
() f. não fez investimentos nos últimos anos.
14. Em caso de utilização de recursos de terceiros, o produtor:
a) não teve ou não está tendo dificuldade para efetuar o pagamento em dia.
b) teve pouca dificuldade, mas conseguiu negociar ou efetuar o pagamento em dia.
c) teve grandes dificuldades ou está tendo dificuldade para quitar sua dívida ou para renegociar.
15. Considerando a situação atual da propriedade, qual a principal necessidade de investimento que ela possui?
a) não há necessidade
b) investimento para ampliação da propriedade (aquisição de terras)
c) investimentos em equipamentos agrícolas
d) investimentos em equipamentos para melhorar a produção pecuária
e) investimento em infraestrutura física (construções, barracões) para produção pecuária
f) investimento em infraestrutura de depósito
g) investimento em tecnologia de sementes
h) investimento em matriz animal

16. Em sua opinião, que fonte de financiamento você considera a mais adequada?
- recursos próprios
 - recursos das empresas parceiras (com pagamento após a safra ou entrega da produção por exemplo)
 - recursos de financiamento por meio de programas como o PRONAF.
 - recursos de financiamento bancário particular.
 - não fez investimentos nos últimos anos.
17. Sexo do respondente:
- masculino feminino
18. Idade: _____
19. Estado civil: _____
20. Grau de Escolaridade:
- a) Sem Escolaridade
 - b) Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
 - c) Ensino Fundamental (1º grau) Completo
 - d) Ensino Médio (2º grau) Incompleto
 - e) Ensino Médio (2º grau) Completo
 - f) Superior Incompleto
 - g) Superior Completo
 - h) Mestrado ou Doutorado

AGRADECIMENTOS

A primeira autora agradece à Fundação Araucária e ao Programa de Iniciação Científica (PROIC) da UNICENTRO pela concessão de bolsa para a realização da pesquisa.